

O império otomano nos degraus do ensino

Bianca Melyna Filgueira

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Acadêmica do 8.º semestre do curso de História e bolsista do Laboratório de História e Arte (LABHARTE).

e-mail: bi_hst@yahoo.com.br

Resumo: A tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos em 1453 tornou-se um marco não só na história como na historiografia. Por algum tempo, historiadores utilizaram este acontecimento como um verdadeiro *divortium aquarium* entre duas épocas, as convencionalmente chamadas Idade Média e Idade Moderna. Hoje, sob novas diretrizes, os profissionais da área têm buscado tratar a história de um modo mais encadeado, menos estanque, em que periodizações arbitrárias procuram ser evitadas. Todavia, no ensino não-acadêmico, ainda é bastante comum a reprodução de uma história factual, pautada em um método acrítico, lacunoso, que torna difícil ao indivíduo a construção do conhecimento. Neste artigo, busco identificar tais lacunas no ensino não-acadêmico especificamente no tema Império Otomano, através da análise de livros didáticos, confrontando com o que é – ou deveria ser – ensinado no âmbito acadêmico, bem como apresentar, em alguma medida, soluções para esta questão.

“A Idade Moderna se inicia com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, em 1453”; é muito comum ouvir essa sentença nos meios não-acadêmicos. Assim, ao longo da vida escolar, os estudantes, em geral, só tomam contato com o Império Otomano enquanto tema no momento em que se aborda a questão da transição da Idade Média para a Idade Moderna, e de forma muito superficial. Esse tipo de abordagem, embora se admita ser de algum valor pedagógico, no que se refere à divisão da história em períodos, no cômputo geral, acaba soando um tanto arbitrária, por dois motivos: primeiro, porque fazer um recorte tão brusco na história mundial, a fim de agrupar os fatos em blocos homogêneos, é passar por cima das inúmeras particularidades inerentes a cada região, a cada povo; “toda periodização é artificial”, nos lembra André Corvisier (1976, p. 6). Segundo, porque freqüentemente se ignoram os turcos pré e pós-1453 historiograficamente.¹

Os pontos centrais dessa discussão se concentram nos dois tipos de abordagens acerca da formação, do apogeu e da derrocada do Império Otomano: a acadêmica e a não-acadêmica. O objetivo aqui presente é procurar entender como esse tema é ensinado nessas esferas de ensino no Brasil, observando as divergências existentes entre as duas abordagens e tentando, em alguma medida, solucioná-las. Para isto, se faz necessário confrontar as fontes utilizadas nos meios acadêmicos com os livros didáticos, de modo que se possa ter uma noção mais exata do que se espera que os estudantes aprendam nesses dois ambientes.

¹ Ao longo deste artigo, optei por utilizar essas divisões (Idade Média, Idade Moderna) justamente por compreender seu valor didático, visando uma simplificação do texto, ainda que se reconheçam as limitações desse método.

Antes de se partir para a discussão propriamente dita, é importante destacar alguns aspectos da historiografia. O primeiro deles diz respeito ao fato de, admita-se, trabalharmos a partir de uma história etnocêntrica. Seguindo esta idéia, percebe-se que em poucos momentos a história oriental ganha algum tipo de destaque na produção historiográfica e, por conseqüência, no ensino. Isto nos leva fatalmente à idéia de que a historiografia não é somente etnocêntrica, mas, sobretudo, eurocêntrica, como afirma Marc Ferro (1999, p. 14): “A história se identifica com a história do Ocidente e nela se encontra a manifestação do etnocentrismo [...]”. Como aponta o historiador, muitos países só “entram” na história a partir do momento em que se “europeízam”, em que estabelecem algum tipo de relação com a Europa.

Assim, vê-se que o Império Otomano figura na periferia da historiografia. Embora sua história tenha, sim, muitos pontos de intersecção com a história da Europa Ocidental, permanece sempre à sombra desta. Na mesma situação, encontram-se nações importantes, como Japão, China e Índia, e mais apagados ainda da cena historiográfica estão os países do continente africano².

O cenário no qual se desenrola a história da formação do Império Otomano é repleto de elementos que, freqüentemente, permanecem inexplorados pela historiografia. Torna-se complicado abordar esse tema sem penetrar na história do Oriente Distante, por exemplo, já que há uma estreita ligação entre o avanço dos mongóis e a formação do Império Otomano. Já no século XIII, os mongóis haviam formado o Estado dos Ilcãs, localizado no Irã (PERROY, 1965, p. 65). Este reino, após seu desmembramento na metade do século XIV, daria origem à parte do Império Otomano. Mas é na Ásia Menor (atual Turquia) que se encontra a verdadeira gênese desse império. Antes mesmo do despontar do século XIV, os turcomanos, até então submetidos ao domínio mongol, emanciparam-se e fundaram uma série de principados, sobretudo nas fronteiras bizantinas, sendo que um deles foi fundado por Osmã, ancestral dos Osmanlis ou Otomanos (PERROY, 1965, p. 74), que instaurou a dinastia otomana – daí a origem do nome do império – após o declínio da dinastia anterior, a seljúcida, e se tornou a potência dominante não só na Turquia, mas em todo o mundo muçulmano.

Analizando essa questão da origem do Império Otomano nos livros didáticos, já se percebe uma série de omissões que certamente comprometem a compreensão do estudante acerca do tema. Primeiramente, a questão é tratada desvinculadamente dos outros povos e impérios orientais. Fala-se de povos nômades que disputavam entre si as pastagens da Ásia Central, sem fornecer uma noção mais exata da origem desses povos, a quem eles eram submetidos etc. Como mostra Perry Anderson (1985, p. 362),

estes soldados e aventureiros fronteiriços não buscavam apenas terras para seus rebanhos. Por uma espécie de auto-seleção, estavam também caracteristicamente marcados pelo chamado espírito *ghazi*, uma fé militante de cruzada muçulmana que rejeitava toda a acomodação com o infiel, do tipo que viria a definir os Estados constituídos do Antigo Islã.

Por isso, torna-se imprescindível também, para a compreensão do tema em questão, o estudo referente à expansão do Islã. Sem esse elemento, é provável que o estudante não consiga fazer uma ponte entre o conteúdo abordado no ensino da Idade Média e no da Idade Moderna.

No primeiro livro didático utilizado para esta análise, o conteúdo referente ao Islã encontra-se presente em algumas páginas antes da unidade que trata do Império Otomano. O que chama a atenção é o fato de se encontrar, no referido livro, raríssimas

² Neste sentido, no que diz respeito ao Brasil, muito embora o ensino de história da África tenha se tornado obrigatório nas escolas, o que se vê é que os obstáculos permanecem; a maioria dos professores ainda baseia-se no livro didático, o qual é, de forma geral, insuficiente para dar conta de uma história mais ampla e crítica, além do fato óbvio de só abordar a questão do negro em dois momentos: escravidão e, quando muito, *Apartheid*.

conexões entre os dois assuntos. Na unidade que trata do Império Otomano, há uma referência mínima à expansão muçulmana, e na que trata do Islã, não foi possível encontrar menção alguma aos turcos. Além disso, os termos *árabe*, *muçulmano* e *islâmico* aparecem inúmeras vezes como se fossem sinônimos uns dos outros, o que certamente dificulta muito a compreensão do aluno.

No segundo livro didático analisado, as constatações foram ainda mais decepcionantes. Não foi encontrada absolutamente nenhuma referência ao Império Otomano, nem mesmo ao muçulmano. A menção mais aproximada que se encontrou – não no texto, mas somente nas atividades! – referia-se às contribuições científicas dos árabes para os nossos dias, mais uma vez generalizando o termo *árabe* e definitivamente colocando a história desses povos orientais à margem da cena.

Não obstante, é preciso deixar claro que não é objetivo desta discussão eliminar a Europa do contexto da expansão otomana, afinal, a porção oriental do continente europeu foi palco de muitas conquistas otomanas, dos Bálcãs até as portas de Viena. As poucas milhas marítimas que separavam os otomanos da Europa abriam-lhes possibilidades quase ilimitadas de conquista. Uma vez conquistada Constantinopla (atual Istambul), os turcos puderam atravessar a Trácia e a Macedônia bizantinas, e avançar em direção aos Bálcãs, cuja conquista se iniciou pela Bulgária e pela Sérvia. Os novos vassallos balcânicos, bem como o imperador bizantino, enviaram aos turcos numerosos contingentes, o que, como observa Édouard Perroy (1965, p. 90-91), funcionou como uma gangorra: “[...] enquanto os turcos conquistaram os Bálcãs por conta dos otomanos, os balcânicos ajudaram estes otomanos a conquistar a Turquia: cada movimento desta gangorra, entre a Europa e a Ásia, possibilitava o planejamento de outras conquistas”.

Outro aspecto que interliga otomanos e europeus é, sem dúvida, o entrave que o avanço dos primeiros provocou no comércio entre Ocidente e Extremo Oriente. Como os turcos detinham o controle do mundo muçulmano e, portanto, o acesso ao Extremo Oriente, os ocidentais precisaram encontrar uma alternativa para o comércio, o que resultou nas aventuras marítimas em direção ao continente americano. Eis aí outro ponto importantíssimo que, nos livros didáticos, aparece – quando aparece – completamente desconectado do contexto: de um lado, aborda-se superficialmente o Império Otomano, concentrando a atenção somente na tomada de Constantinopla, e de outro, as grandes navegações e o imperialismo ibérico, tudo isso apresentado separadamente, de modo que dificulta ao estudante a tarefa de estabelecer relações que possibilitem entender a lógica da história.

Há ainda um terceiro aspecto referente às ligações entre turcos e europeus que deve ser explorado, a saber, a interferência européia na decadência do Império Otomano. Mas isso será feito mais adiante, pois é preciso antes narrar a história que, via de regra, só é mencionada nos meios acadêmicos – e, às vezes, muito superficialmente, pois nem todos os cursos de História contemplam essa parte: como se deu a expansão e a decadência desse império que perdurou por cerca de sete séculos e que ocupou um território extraordinariamente extenso.

Primeiramente, é preciso entender que a expansão do Império Otomano foi realizada metodicamente. Existia a preocupação de organizar os espaços conquistados, de só conquistar o que, de fato, pudesse ser organizado e de equilibrar os atributos turcomanos primitivos com os muçulmanos e os nativos não-muçulmanos (PERROY, 1965, p. 88).

O Império Otomano, conforme já dito, originou-se do principado de Osmã, que foi absorvendo lentamente os principados mais próximos e menos fortes. Os príncipes muçulmanos tinham por costume, tão logo conquistavam uma região, construir mesquitas, bazares e caravancarás, o que de certa forma demarcava seu domínio sobre a mesma. Além disso, “a disciplina e a ordem interna permitiam a regularidade das culturas, o trabalho dos artesãos para uma nova clientela que substituía a antiga, o acolhimento dos comerciantes para o escoamento dos produtos excedentes da região – alume e produtos têxteis” (PERROY, 1965, p. 89). Quase cem anos antes da tomada propriamente dita de Constantinopla, esta já estava sendo progressivamente cercada pelos

turcos. Sua conquista poderia ter ocorrido já nesse período, mas esta não era uma boa estratégia para um império que estava ainda se criando. Ao invés disto, os turcos partiram primeiro para a conquista dos Bálcãs – que passava por divisões e disputas internas – o que serviria de retaguarda para uma possível reação do Ocidente.

No início do século XV, os turcos puderam realizar novos progressos, conquistando a Bósnia e a Valáquia, suprimindo uma coalizão dos príncipes cristãos da Polônia, da Hungria e da Valáquia, e então coroar sua conquista, enfim, com a tomada de Constantinopla.

Vemos, assim, quantos fatos relevantes transcorreram até que se chegasse à efetiva conquista da então sede do Império Bizantino, e percebemos como ignorar esses elementos provoca um *déficit* na aprendizagem do estudante, não só no que tange à Idade Moderna, mas também em questões relativamente atuais, como os conflitos entre as nações da Europa Oriental, cujos territórios fizeram parte, no passado, de um só império.

E, cabe dizer, toda esta análise está, ao contrário do que possa parecer, levando em conta os diferentes níveis de complexidade característicos de cada ambiente de ensino. É evidente que no ensino acadêmico, as abordagens têm necessariamente de ser mais aprofundadas, afinal, o objetivo é a formação de um profissional que posteriormente estará também ensinando. Entretanto, a proposta aqui não é aumentar a complexidade do conteúdo abordado nos meios não-acadêmicos, mas, pelo contrário, oferecer subsídios para que os estudantes possam estabelecer relações, encadear os fatos, e entender, de fato, a história. Na verdade, é como se o conteúdo sofresse um acréscimo quantitativo em progressão aritmética, e qualitativo em progressão geométrica.

Ademais, como afirmou o professor Jéferson Dantas, em entrevista concedida a mim (2006),

as questões que envolvem o livro didático no ensino de História são complexas. Porém, as categorias analíticas do conhecimento histórico e os conceitos-chave envolvidos permanecem como um grande obstáculo na compreensão do próprio “movimento histórico” em diferentes temporalidades e espacialidades. Explicando melhor, um aluno de 5ª. série, por exemplo, ao sair da 4ª. série do Ensino Fundamental, depara-se com a História das Civilizações antigas, uma enorme carga de informações, pouquíssimas mediações e um vocabulário bastante específico e inadequado para a sua idade. A capacidade de internalização dos conceitos é fragmentada e não raramente os estudantes acabam memorizando passagens do Egito Antigo, da Grécia Antiga e de Roma, sem fazer qualquer relação com as permanências e rupturas das respectivas civilizações acima com a sociedade contemporânea atual.

Por tudo isso, vemos que o que não ultrapassa, às vezes, poucas linhas nos livros didáticos, corresponde a um período de cerca de oitocentos anos; foi este o período transcorrido desde os primeiros assaltos até a ocupação efetiva da cidade de Constantinopla.

É evidente que a expansão do Império Otomano guarda relações com vários outros temas, o que pode tornar o ensino mais conciso e lógico. Essa visão do todo nos permite, por exemplo, procurar respostas para perguntas como de que maneira os turco-otomanos conseguiram avançar e estabelecer, em seu império, uma unidade entre Ásia e Europa?

É possível, num primeiro momento, analisar a expansão, região a região. Na região da Anatólia, os turcos encontraram condições climáticas favoráveis à ocupação e permanência; planaltos áridos e frios, como na Ásia Central, de onde provinham: “o camelo bactriano, seu meio básico de transporte, adaptava-se perfeitamente às terras altas da Anatólia, que se tinham mostrado intransitáveis para o dromedário árabe dos trópicos” (ANDERSON, 1985, p. 362).

Já o principado otomano, que se situava num território pequeno, encontrou vantagens geográficas sobre os outros, como mostra Paul Coles (s/d, p. 14): “Em primeiro lugar, estava geograficamente afastado tanto da zona principal das invasões mongólicas como dos já poderosos emirados turcos do Sul e do Sudeste da Anatólia. Em segundo, era o único posto avançado turco que enfrentava o território bizantino ainda não conquistado”.

Além disso, outros fatores podem ser apontados como determinantes do sucesso da empresa turco-otomana. Um deles está relacionado, sem dúvida, ao espírito de cooperação entre as ordens religiosas e o poder político imperial, que também chama a atenção pela interpenetração de múltiplas crenças, em que diferentes doutrinas e práticas sunitas e xiitas, cristãs e pagãs, pudessem conviver lado a lado sem que isso viesse a fragmentar as estruturas organizacionais, como aponta Perroy. Isso mostra que

os primeiros otomanos souberam, sem dúvida, conquistar a cooperação de certos autóctones e a neutralidade do conjunto. É possível também que as exigências do regime, uma vez ultrapassada a fase da conquista, fossem menos arbitrárias do que as de Bizâncio ou dos anárquicos Estados latinos, muito menos controlados (PERROY, 1965, p. 88-89)

Um aspecto importante e até mesmo curioso para nós que vivemos numa época na qual o fundamentalismo muçulmano é um assunto que está constantemente em *voga*, se refere ao fato de, apesar da presença dos *ghazis*, o número de pilhagens e mortes ter sido bastante reduzido no processo expansionista do Império Otomano; a este fato, atribui-se a rapidez com que o império se desenvolveu. Além disso, era costume não remover os príncipes e senhores autóctones das regiões conquistadas, de modo que essas autoridades, prometendo fidelidade vassálica ao imperador otomano, podiam administrar seus estados segundo as próprias tradições (PERROY, 1965, p. 89-90).

Segundo Geoffrey Blainey (2004, p. 124), nos Bálcãs, um dos motivos que tornou possível a expansão turca, foi a colaboração de muitos camponeses cristãos que, incomodados com os ricos proprietários de terras para os quais trabalhavam, acolheram os turcos em silêncio, não só aceitando sua religião como juntando-se a seus exércitos. Assim, o estado grego sucumbiu, juntamente com a Albânia, de modo que não mais existiam fissuras no Império europeu dos turco-otomanos. Os Estados latinos, que já sofriam de um enfraquecimento interno, posto que as populações nativas mostraram-se hostis ao domínio de uma igreja estrangeira, também acabaram sendo conquistados (PERROY, 1965, p. 79).

Outras regiões também foram alvo dos turco-otomanos: na região do Oriente Médio, conquistaram territórios da Pérsia (atual Iraque) à Arábia; e da África do Norte empreenderam conquistas até as fronteiras do Marrocos (DEMANT, 2004, p. 58); e, mais impressionante geograficamente, foi a conquista no leste asiático, da Geórgia e do Azerbaijão.

O alargamento do poderio turco-otomano pode ser analisado também através da perspectiva marxista do absolutismo, donde é possível estabelecer uma ponte, mesmo no ensino não-acadêmico. Conforme Perry Anderson (1989, p. 365), “o seu perfil [do Império Turco-Otomano] forma um estranho contraste com os contornos do absolutismo europeu seu contemporâneo. O fundamento econômico do despotismo osmanli era a ausência virtualmente absoluta da propriedade privada da terra”. Enquanto os europeus praticavam a política de cercamentos, os turco-otomanos, mesmo quando transplantavam os camponeses de uma área conquistada à outra, forneciam terras equivalentes às que os autóctones possuíam na sua região de origem. Mas, sobretudo, todas as terras consideráveis aráveis e pastoris eram patrimônio pessoal do sultão. Para fins didáticos, apenas essa característica basta para compreender a relação entre os dois temas – absolutismo e expansão otomana –, deixando para as discussões acadêmicas a análise aprofundada que Perry Anderson faz acerca do termo *despotismo* nesse

contexto, bem como o conceito de modo de produção e outras ramificações do tema, mais complexas e até, podemos arriscar dizer, irrelevantes nesta etapa do aprendizado.

Por fim, no que diz respeito à expansão do império, é consenso entre os autores que o exército turco-otomano desempenhou um papel muito importante, aspecto este que, felizmente, foi possível encontrar em um dos livros didáticos analisados.

Inicialmente, a força otomana era formada pelas hordas, corpo voluntário de cavalaria, mas que, gradativamente, foi sendo substituída por novas estruturas. O exército otomano passou a ser constituído, então, por cavaleiros livres e pelos janízaros, “escravos de condição e recrutados ou inscritos à força de entre as populações cristãs ou ex-cristãs subjugadas” (BLAINEY, 2004, p. 15). Foi essa composição que possibilitou o sucesso do exército e, conseqüentemente, do império, pois, como bem observa Paul Coles (s/d, p. 16), se a aristocracia guerreira fosse formada somente por homens livres, qualquer monarca poderia vir a ter a autoridade contestada – o que veio a acontecer mais tarde, com alguns sultões do século XVII –, gerando disputas internas e um possível enfraquecimento precoce do império.

Mas era quase previsível que, em algum momento, esse exército começasse a se corromper, conquanto o próprio sistema do *timar*³, que no início despertava nos cavaleiros o apetite por novas conquistas, provocou uma alteração na ética militar: guerreiros que passavam a vida a cavalo, transformaram-se em senhores preguiçosos e sedentários, alguns deles passando até mesmo ao trabalho de artífices nas épocas de inatividade, se dedicando à venda de seus produtos manufaturados e, com isso, perdendo muito da sua disciplina tradicional (COLES, s/d, p. 172 e 175). Além disso, as próprias concepções muçulmanas, que atribuíam as vitórias à vontade de Alá, contribuíram para a estagnação bélica dos otomanos – ocasionada também pelo enfraquecimento econômico – ao passo que a Alemanha, por exemplo, se aperfeiçoava nas batalhas com artilharia e infantaria organizada (COLES, s/d, p. 193 e 198).

O processo de decadência do Império Otomano foi extraordinariamente longo, mesmo estando evidente, no século XVII, não só a superioridade bélica dos europeus, mas, também, cultural e econômica; o influxo da prata americana nas mãos dos espanhóis minou o artesanato turco (DEMANT, 2004, p. 59). Eis, então, o elo que interliga os personagens centrais desta análise – os turco-otomanos – a um tema muito explorado em todas as esferas do ensino: as grandes navegações. Além dos espanhóis, os portugueses também contribuíram para o processo de decadência otomana, porquanto conquistando territórios na África negra, limitavam qualquer possibilidade de expansão otomana nessa direção.

Um emaranhado de nomes – de batalhas, tratados, regiões, povos e governantes –, traço muitas vezes característico da nossa historiografia, torna, às vezes, fastidioso o ensino e o aprendizado da história. Mas, partindo de uma metodologia de ensino que vise transmitir aos alunos a idéia de que à história não cabe apenas a tarefa de narrar fatos e acontecimentos, mas, mormente, oferecer meios para que o aluno saiba como encadear tais informações, é possível tornar a história mais assimilável, coesa.

Especificamente no que diz respeito à temática deste artigo – o Império Otomano descortinado de diferentes maneiras nas também diferentes esferas de ensino –, em termos práticos, é possível sugerir algumas soluções no sentido de reduzir as discrepâncias existentes nessas esferas. Por exemplo, a abordagem deste tema pode ser realizada correlacionando-a com vários outros temas, a saber, a decadência do Império Romano, as grandes navegações empreendidas pelos povos ibéricos e até mesmo o absolutismo, conforme demonstrado ao longo deste artigo. Desse modo, a história tem a possibilidade de se mostrar menos factual e mais crítica, de sorte que, além de permitir a compreensão da realidade, levante “possibilidades de mudança a serem realizadas pelo homem com o objetivo de ampliar suas experiências coletivas”, como ensina Ana Lúcia Nemi (1996, p. 25).

³ Prática de conceder feudos aos cavaleiros turcos, entre os quais se introduz, à maneira feudal, gradações de propriedades e de títulos.

No mesmo sentido, seria importante também chamar a atenção para a interdisciplinaridade, mas isto fica como sugestão para trabalhos futuros. Aqui, limito-me a observar apenas que a conexão com a geografia torna-se bem pertinente; sem isso, a história acaba ficando carente de mapas e outros recursos visuais que facilitem a conversão de conteúdo em aprendizado.

O que fica evidente – e não posso deixar de apontar – é o fato de, principalmente fora do âmbito acadêmico, estarmos diante de um sistema de ensino totalmente influenciado pelas elites, de raízes jesuíticas, pautado no método escolástico, acrítico, onde não há produção de saber, mas somente e quando muito, reprodução. O livro didático, aparecendo como expressão desse sistema, acaba adquirindo uma nova potencialidade, oriunda das suas carências e limitações: ele pode ser utilizado como instrumento capaz de despertar o senso crítico do aluno, na medida em que lhe são apresentadas as falhas presentes no material e preenchidas as suas lacunas. Se esse despertar for fomentado em todas as direções, certamente o Império Otomano será visto, em todos os níveis de ensino, como o gigante que realmente foi.

Referências bibliográficas

ALVES, Kátia Corrêa Peixoto & BELISÁRIO, Regina Célia de Moura Gomide. *Diálogos com a História*. 6ª série. Curitiba: Positivo, 2005.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BLAINEY, Geoffrey. *História do mundo*. São Paulo, Fundamento, 2004.

COLES, Paul. *Os turcos na Europa*. Lisboa: Verbo, s/d.

CORVISIER, André. *História Moderna*. São Paulo: Difel, 1976.

DANTAS, Jéferson. Florianópolis: agosto de 2006. Entrevista concedida por e-mail a Bianca Melyna Filgueira. Acervo da autora.

DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.

FERRO, Marc. Prefácio. *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: IBRASA, 1999.

NEMI, Ana Lúcia Lana. *O tempo vivido: uma outra história?* São Paulo: FTD, 1996.

PERROY, Édouard. *História geral das civilizações*. Volume III. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

RODRIGUES, Joelza Ester. *História em documento*. Ensino Fundamental – 6. São Paulo: FTD, 2001.